



Brasília-DF, 20 de maio de 2026

I SEMINÁRIO NACIONAL

A POLÍTICA MINERAL QUE QUEREMOS: ESTRATÉGIA, TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Debate plural sobre a política mineral brasileira, articulando diagnóstico, conflitos, estratégias de desenvolvimento e propostas de transformação.

BELO HORIZONTE
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG | Auditório 1

21 E 22 DE MAIO | 9H ÀS 17H
Com transmissão ao vivo para todo o Brasil

Instituições proponentes: Realização: Parceria Técnica:

jornada de trabalho, a valorização dos salários e medidas de proteção aos direitos trabalhistas. Os dirigentes também destacaram a importância de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e à melhoria das condições de vida da população.

Segundo Sônia Zerino, a participação das entidades sindicais nas discussões nacionais é essencial para garantir avanços concretos para os trabalhadores. “O movimento sindical tem papel importante na construção de propostas que contribuam para o desenvolvimento do país com justiça social. Espaços de diálogo como esse permitem que as demandas dos trabalhadores sejam ouvidas e consideradas nas decisões do governo”, declarou.

Fonte: NCST

Redução da jornada expõe fissura inédita na direita

Em debate promovido pelo DIAP, relator da PEC que reduz a jornada para 40 horas afirma que proposta possui apoio majoritário entre jovens identificados com a direita e defende transição gradual, fortalecimento da negociação coletiva e votação ainda neste mês na Câmara



A discussão sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 entrou definitivamente no núcleo da disputa política nacional. E, segundo o deputado Leo Prates (Republicanos-BA), relator da PEC 221/19 na Câmara, o tema já produz inflexão inédita dentro do próprio campo conservador.

Durante a segunda edição do Diálogos DIAP on-line, realizada nesta sexta-feira (15), Prates afirmou que a proposta encontrou forte adesão justamente entre jovens que hoje se identificam majoritariamente com a direita.

“O movimento da redução da jornada, inacreditavelmente, é um movimento de direita no mundo”, afirmou o parlamentar, ao relacionar o debate brasileiro às transformações recentes no mercado de trabalho internacional e ao desgaste dos modelos de hiperprodutividade.

Nova Central marca presença em encontro com Lula em Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, no último sábado (16), com representantes de centrais sindicais e movimentos sociais na Granja do Torto, em Brasília. O encontro teve como foco o debate sobre temas ligados ao cenário econômico, ao mercado de trabalho e às demandas da classe trabalhadora.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores participou da agenda por meio de sua presidente, Sônia Zerino. Para as lideranças presentes, a iniciativa reforça a retomada do diálogo entre o governo federal e os movimentos organizados da sociedade.

Entre os assuntos debatidos estiveram a redução da

Brasília-DF, 20 de maio de 2026

Segundo ele, pesquisas indicam que 82% da população entre 16 e 40 anos apoia o fim da escala 6x1. Justamente a faixa etária em que a direita consolidou maior influência política nos últimos anos.

“Essa é a primeira crise da direita com sua própria base”, afirmou.

O evento promovido pelo DIAP reuniu parlamentares, analistas políticos e especialistas em comunicação para discutir os principais temas legislativos e eleitorais que devem marcar o País até o fim de 2026. Participaram também o deputado André Figueiredo (PDT-CE), relator da regulamentação da negociação coletiva no serviço público; Hajj Mangolin, da Amangolin Comunicação e Estratégia; e Antônio Augusto de Queiroz, consultor do DIAP.

PEC enxuta e votação ainda em maio

Leo Prates indicou que o texto da proposta deverá ser propositalmente enxuto para reduzir resistências políticas e evitar conflitos interpretativos.

A ideia central é alterar o artigo constitucional que fixa a jornada semanal, reduzindo o limite de 44 para 40 horas e ampliando o descanso semanal para 2 dias de folga, preservando a redação atual da Constituição em diversos pontos para minimizar impactos jurídicos e econômicos.

Segundo o deputado, o objetivo é mexer apenas nos “direitos fundamentais”, deixando especificidades setoriais para leis ordinárias e negociações coletivas.

“O sistema de trabalho brasileiro é mais complexo que o sistema tributário”, afirmou, citando o excesso de normas, regulações específicas e convenções coletivas existentes no País.

O parlamentar também confirmou que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), articula acordo com o governo federal para acelerar a tramitação da matéria.

A previsão apresentada durante o debate é de que a primeira versão do parecer seja divulgada dia 20. A comissão especial deve concluir a votação até o dia 26, com expectativa de análise em plenário dia 27.

Prates classificou o processo como “o mais participativo da história da Câmara”, destacando audiências públicas e debates realizados em diferentes estados.

Regra de transição se torna principal impasse político

O principal ponto ainda indefinido da proposta é a eventual criação de regra de transição para adaptação

das empresas ao novo modelo de jornada. Segundo o relator, a decisão será construída entre o governo federal e a presidência da Câmara nos próximos dias.

Embora tenha evitado antecipar o formato final do texto, Prates defendeu pessoalmente a transição entre 2 e 5 anos, e rejeita propostas mais longas. “10 anos é para quem não quer que a medida entre em vigor”, declarou.

O deputado também argumentou que qualquer regra de transição precisa trazer benefícios imediatos aos trabalhadores. Entre as hipóteses debatidas, mencionou a possibilidade de redução progressiva da jornada já nos primeiros 120 dias após aprovação da PEC.

A proposta em discussão prevê ainda vedação explícita à redução salarial durante a implementação das mudanças.

Negociação coletiva ganha centralidade no novo modelo

Outro eixo central defendido pelo relator é o fortalecimento das convenções coletivas para acomodar particularidades de cada categoria profissional.

Prates afirmou que legislação excessivamente rígida poderia gerar distorções em setores específicos, citando como exemplo profissionais da aviação, cujas jornadas operacionais ultrapassam 8 horas em voos internacionais.

A ideia em discussão é estabelecer parâmetros gerais constitucionais — como jornada máxima e número mínimo de folgas — e permitir que sindicatos e categorias negociem formatos mais flexíveis de escala.

O parlamentar também defendeu maior sensibilidade social nas negociações trabalhistas, mencionando situações de mães atípicas e trabalhadores que necessitam de escalas diferenciadas para conciliar cuidados familiares e emprego.

“O fortalecimento das convenções coletivas é um caminho”, afirmou.

Debate sobre trabalho se conecta à disputa eleitoral de 2026

Além da tramitação legislativa, o encontro do DIAP evidenciou que o debate sobre jornada, escala e qualidade de vida no trabalho já ultrapassou os limites sindicais tradicionais e passou a dialogar diretamente com o cenário eleitoral de 2026.

A leitura apresentada pelos participantes indica que o tema reúne forte potencial de reorganização política,

Brasília-DF, 20 de maio de 2026

especialmente entre jovens trabalhadores precarizados, empregados do setor de serviços e profissionais submetidos a jornadas extensas.

Ao mesmo tempo, o avanço da PEC expõe tensões dentro do empresariado, da direita e do próprio governo, que tentam equilibrar pressão social, impacto econômico e sustentabilidade fiscal.

Mais do que discussão técnica sobre horas trabalhadas, o debate passou a simbolizar disputa maior sobre produtividade, tempo de vida, proteção social e o futuro das relações de trabalho no Brasil.

Fonte: Diap

Empregadores propõem negociação coletiva para reduzir jornada para 36 horas em vez de mudar a Constituição

Relatório da comissão especial que analisa a proposta será apresentado nesta quarta-feira (20)

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Furlan, da CNI, defendeu a negociação coletiva em vez da PEC

Representantes de setores como indústria, comércio, transporte, agropecuária, saúde e educação sugeriram nesta segunda-feira (18), em audiência pública na Câmara dos Deputados, que a redução da jornada de trabalho no país, das atuais 44 horas semanais para 36 horas, seja feita por meio de negociação coletiva e não por uma mudança na Constituição Federal.

O debate foi promovido pela comissão especial da Casa que analisa duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre o assunto, que preveem jornadas de 36 horas semanais e o fim do atual modelo de seis dias de trabalho com um dia de descanso, a chamada escala 6x1.

Para o diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, reduzir a jornada sem corte salarial elevaria os custos de produção e os preços ao consumidor. "A redução sustentável da jornada deveria ser consequência de ganhos de produtividade e não um ponto de partida", disse.

O argumento comum é que diferentes setores têm realidades específicas e poderiam enfrentar aumento de custos, dificuldades operacionais e impactos sobre empregos e serviços.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Reginaldo Lopes (E), autor da PEC que reduz a jornada, e Alencar Santana

Escalas flexíveis

Luciana Rodrigues, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, afirmou que o comércio, hotéis, bares e restaurantes têm funcionamento contínuo e demandas variáveis, o que exige escalas flexíveis. "Hoje não temos uma média de 44 horas semanais, mas sim de 39 horas semanais. E como que a gente atinge essa média? É pelas negociações coletivas.", observou.

Presidente da Confederação Nacional do Transporte, Vander Costa disse que, com a redução de jornada, o setor de transporte teria de contratar mais de 250 mil profissionais em um cenário de pleno emprego. "No caso específico do transporte, a gente tem que andar com o ônibus urbano sete dias por semana, não há como tirar o direito do cidadão", disse. Ele sugeriu uma transição de "uma hora a menos a cada ano, durante quatro anos".

Pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Rodrigo Mello disse que as propostas em análise desconsideram as necessidades do campo, onde atividades ligadas a seres vivos não podem ser interrompidas. "A gente não vai conseguir aumentar a produtividade por meio de um decreto, de uma lei ou de uma emenda à Constituição. Então, a premissa está invertida", criticou.

A PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduz gradualmente, ao longo de dez anos, a atual jornada de 44 horas semanais para 36 horas. Já a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (Psol-SP), propõe uma semana de quatro dias de trabalho com limite de 36 horas, com período de transição de um ano.

Matéria completa: <https://www.camara.leg.br/noticias/1273660-empregadores-propoem-negociacao-coletiva-para-reduzir-jornada-para-36-horas-em-vez-de-mudar-a-constituicao>

Fonte: Agência Câmara



Brasília-DF, 20 de maio de 2026

Trabalhadores por conta própria têm jornada média de 45 horas semanais

O vice-líder do governo no Congresso, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), avalia que o discurso do "seja seu próprio patrão", virou armadilha



(Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil)

Os trabalhadores por conta própria possuem em média uma jornada de 45 horas semanais, o que supera em mais de cinco horas os empregados dos setores privado e público.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira (14) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral.

Segundo o levantamento, no primeiro trimestre de 2026, a população ocupada é estimada em 102 milhões de pessoas.

Desse total, 69,2% de empregados (incluindo empregados domésticos), 4,1% de empregadores, 25,5% de pessoas que trabalharam por conta própria e 1,2% de trabalhadores familiares auxiliares.

Nas regiões Norte (27,9%) e Nordeste (27,2%), o percentual de trabalhadores por conta própria era superior ao verificado nas demais regiões.

O IBGE classifica o trabalhador por conta própria como a pessoa que gere seu próprio negócio, de forma individual ou com sócios, mas sem contratar funcionários.

Por exemplo, são autônomos que exercem trabalhos como motoristas e entregadores de aplicativos.

O vice-líder do governo no Congresso, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), avalia que o discurso do "seja seu próprio patrão", virou armadilha.

"A pejetização e a uberização estão escondendo jornadas de 45h semanais sem direitos ou seguridade.

É exploração pura! Não dá mais! É urgente discutir e votar o projeto que regulariza esses trabalhos", defende o líder.

O analista da pesquisa, William Kratochwill, diz que os trabalhadores classificados como empregados não ultrapassam, na média, os limites máximos de jornada por causa de proteções trabalhistas.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a jornada máxima de trabalho semanal é de 44 horas, limitadas a oito horas por dia, sendo permitidas até duas horas extras diárias.

Há exceções como a escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, comum em categorias como a dos profissionais da saúde.

"Mesmo que o trabalhador não seja formalizado, há uma tendência do mercado de seguir o padrão da lei", diz Kratochwill.

Com informações da Agência Brasil

Fonte: Portal Vermelho

Você sabia?

ACIDENTE DE TRABALHO

O QUE A LEI DIZ SOBRE O TRAJETO DE CASA PARA O TRABALHO E VICE-VERSA?

A Lei 8.213/91 reconhece como acidente de trabalho aquele ocorrido no percurso habitual de ida e volta entre a residência e o local de trabalho.

Proteção que acompanha o trabalhador em seu trajeto!

https://www.instagram.com/p/DYhw2BVDnl6/?img_index=1